UNIDADE E VARIAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA: MEMÓRIA COLECTIVA E MEMÓRIA FRACCIONADA*

Maria Helena Mira Mateus

RESUMO: *This article focuses on the question of unity within the diversity of the Portuguese language, a unity that enables native speakers to communicate with one another, notwithstanding the variants, either geographic (dialects) or social (sociolects). It brings into question the existence of a hierarchy among languages, varieties of speech and dialects; that is, the notion of "pure language", the concept of "correct" and "incorrect" speech, concepts which, concerning linguistics, are nothing but arbitrary considerations of a social nature. Moreover it discusses the very concept of "language", considering the diversity of the Portuguese language, a diversity provoked by a different classification of the grammatical categories, or by an apparent simplification or complexation of the syntactic and morphological structures. These singularities, in spite of the language universals, "are many a time an extension of the socio-political and cultural organization, the current and the one that once existed, whose memory has left its mark on the affective relation of the words, that is, the establishment of language subsystems". Language is, in this way, conceptualized as a repository of people's memories through which they establish their own cultural identity and reveal a political position.*

PALAVRAS-CHAVE: *unidade na variação, língua pura, língua culta, hierarquização da língua, língua multi-facetada, conceito de língua.*

* Comunicação apresentada a "Portugal contemporâneo: realidade, cultura, literatura", promoção do Subsetor de Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas, DECLAVE, Instituto de Letras, e Pró-Reitoria de Extensão, UFRGS, novembro, 1991.

Maria Helena Mira Mateus é professora na Universidade de Lisboa e Diretora do Instituto de Linguística Técnica e Computacional de Portugal.

Vivemos num mundo em que a palavra, sob múltiplas formas, toma cada vez mais o lugar do facto na realidade do quotidiano, do excepcional e do artístico.

Ao falar da unidade na variação, não é por acaso que me é possível usar a minha própria variedade e aos brasileiros é possível entendê-la sem intermediário, transformando este espaço num laboratório e criando, com esse facto, concretização do que procurarei teorizar.

Para iniciar, eis uma pequena história acontecida comigo no Brasil, em Salvador, há cerca de cinco anos. No elevador do prédio em que morava, juntamente com outras pessoas, encontrava-se um garotinho que deveria ter uns dez anos. Ouvindo-me falar perguntou: “Que língua fala você?” Respondi: “Português”. Ele contestou: “Não, português falo eu”. Tinha compreendido a diferença, mas também a semelhança, já que me havia interrogado com a segurança de que eu entenderia a sua pergunta.

O caso inverso, passado em Portugal, foi-me contado por um amigo. Um cantor brasileiro devia dirigir-se a uma cidade do Alentejo (província portuguesa), mas tinha dúvidas sobre o caminho a seguir. Parou o carro na estrada e pediu informações a uns camponeses, que lhas deram. Logo a seguir, um dos camponeses disse para o outro: “Então não querem lá ver que eu já compreendo estrangeiro?”.

A estas anedotas vêm juntar-se os testemunhos de falantes de outras línguas que afirmam compreender melhor o português do Brasil do que o de Portugal — reconhecidamente tendo em atenção o sistema de vogais átonas drasticamente reduzido do português europeu. E na sequência fazem-se julgamentos de valor sobre qual a variedade mais bonita, sobre qual a mais harmoniosa, sobre qual a mais pura.

A noção de pureza — melhor ainda, de correcção — não se aplica apenas a variedades nacionais de uma mesma língua. Tal preocupação atinge as variedades geográficas (os dialectos) e as variedades sociais (os sociolectos), provoca um interesse verdadeiramente notável nos falantes de qualquer classe social e justifica em si mesma, perante grande maioria de pessoas, o trabalho especializado dos linguistas — para desespero destes últimos. Dificilmente se pode fazer passar a mensagem de que, do ponto de vista linguístico, não há hierarquização entre línguas, entre variedades ou entre dialectos — enfim, é árduo convencer os não-linguistas de que os conceitos de “falar bem” e “falar mal” são exclusivamente de carácter social.

Retomando o que atrás disse, há assim duas atitudes em face de uma língua multifacetada como o português: a estranheza perante a diversidade que leva à consideração de se estar perante duas línguas diferentes, e o julgamento de valor que exige que se erija apenas uma das formas como a melhor.

O que está em causa é portanto o conceito de língua, sobre o qual todos julgamos poder emitir uma opinião — pois não é através da língua que

nos construímos como pessoas? Não a sentimos como coisa nossa, não a podemos definir a nosso bel prazer?

Guardemos para depois a discussão da unidade da língua; falemos agora da sua diversidade.

Ainda não há muitos anos, responsáveis pelo estudo das línguas estabeleciam entre elas diferenças de prestígio, com base na maior ou menor proximidade das características das línguas consideradas paradigmáticas: isto é, as indo-europeias e asiáticas, objectos de estudo desde há séculos. Tais afirmações, hoje felizmente ultrapassadas, radicavam em geral na constatação, nas línguas julgadas primitivas ou inferiores, de uma aparente simplificação das estruturas morfológica e sintáctica, simplificação resultante de comparações parcelares estabelecidas com línguas que tradicionalmente eram tidas por superiores. Um caso típico dessa visão distorcida da natureza das línguas tornou-se evidente na consideração dos crioulos como línguas adulteradas — as línguas dos europeus mal faladas — ou entendidas, benevolamente, como dialectos. A ciência e a história político-social das últimas décadas se encarregaram de desfazer este equívoco, atribuindo aos crioulos de base europeia um inegável estatuto de línguas.

Globalmente pode dizer-se que, quando uma forma de falar resultante do encontro de duas línguas se transmite de pais a filhos e possui, em todos os níveis (nomeadamente na sintaxe), estruturas peculiares que a distinguem da língua de base, ela não é mais um pidgin ou meio elementar e fruste de comunicação, ela é realmente uma língua.

A simplificação sentida por um falante do português, por exemplo, na uniformização das terminações das formas verbais verificada numa língua como a de Cabo Verde (e nesse particular cabe lembrar a flexão verbal do inglês, também simplificada), não pode justificar a atribuição de um estatuto de menoridade, já que essa simplificação coexiste com a complexificação em outros campos gramaticais, como por exemplo, na diversificação das formas da categoria gramatical “aspecto”.

Este equilíbrio compensado está presente em todas as línguas do mundo, mesmo naquelas que quase desapareceram varridas pela mão do colonizador — como a dos índios Apaches, em Oklahoma, que possui actualmente dez falantes.

E como estas afirmações requerem exemplos, vale citar que no Norte da Austrália há uma língua aborígene que apresenta estruturas de verbo e nome de estranha simplicidade — mas um sistema altamente complexo de formas de tratamento e de pronomes pessoais.

Outra cultura, outra organização sócio-política. Porque se os universais linguísticos estão por natureza presentes em todas as línguas, as particularidades são muitas vezes projecção da organização cultural e sócio-política, a que existe ou a que existiu, aquela cuja memória ficou marcada

nas relações afectivas que as palavras criam entre si, ou seja, na concretização de sub-sistemas linguísticos.

Uma categoria gramatical como o género (o masculino, o feminino e o neutro, lembrança remota de um mundo dividido em seres machos e fêmeas, mitológicos ou não, e em não-seres), pode não existir, e o seu lugar gramatical ser ocupado por outro tipo de classificação. Isso mesmo sucede na língua Atsugewi, do Norte da Califórnia, em que as raízes dos verbos distinguem a forma dos objectos a que se aplicam (esférica, plana, linear, etc.), num complexo processo de abstracção e de simplificação que se transfere para o arbitrário, como aliás sucede com a classificação de género.

Que remota visão do mundo se transmitirá nesta estrutura? Que memória colectiva? Que passos já dados na história? Como recuperá-los?

Línguas primitivas e línguas adulteradas, línguas pobres e línguas ricas são julgamentos valorativos, estéticos, para-morais, são o nosso olhar banhado preconceituosamente de uma cultura particular — a nossa — reflectindo a construção do mundo.

As distinções que atrás exemplifiquei são diferenças de fundo que evidenciam culturas separadas no tempo e no espaço. Mas em grupos sócio-políticos e sócio-culturais que se cruzam no seu caminhar diário, que integram uma mesma comunidade, como justificar esse olhar julgador e hierarquizante? E entre variedades de uma mesma língua, como entender a atribuição de superioridade a uma delas?

Os argumentos são de duas ordens: linguísticos e sócio-culturais. Concretizemos com as duas grandes variedades do português: a brasileira e a europeia.

O modelo do passado é frequentemente invocado para uma valorização linguística. Ora a língua que os portugueses difundiram com a colonização tinha um sistema de vogais átonas claramente menos reduzido do que a norma actual do português europeu, portanto mais próximo da norma brasileira. As descrições dos gramáticos quinhentistas e as grafias da época permitem afirmar, por exemplo, que o *e* e o *o* pretónicos se pronunciavam distintamente (ainda que a pronúncia do *e* pudesse oscilar entre *e* e *i*), tal como acontece hoje na maioria dos dialectos do Brasil e no português falado em África. Este é um dos vários exemplos que se poderiam apresentar de uma evolução mais desenvolvida no sistema fonológico do português europeu.

Mas não podemos com isto supor que a pronúncia brasileira tenha ficado suspensa no tempo. Exemplos claros de evolução são as palatais [t] e [d z] que substituíram o *t* e o *d* seguidos de *i* (ou de *e* final pronunciado *i*) em *dia*, *bate*, *pode*.

E os exemplos podiam multiplicar-se, provando que conservação e mudança caracterizam, diferenciando, ambas as variedades.

Neste entrelaçar de movimentos interactivos importa pôr em realce a importância da ortografia na manutenção de uma memória colectiva,

evidência de passos comuns na história de sociedades que pelo mundo se dispersaram.

O mesmo argumento de conservação de características linguísticas é invocado em relação a outros aspectos da língua como apoio de julgamentos de valor. Mas também aqui os processos são complexos.

A utilização dos pronomes pessoais serve de exemplificação. No desaparecimento dos casos latinos que distinguiam funções como as de sujeito, objecto directo ou indirecto, verifica-se uma excepção: os pronomes pessoais. O *eu*, sujeito, corresponde ao *me*, objecto indirecto; o *ele* e o *ela*, sujeitos, dão lugar a *o* e *a* quando objectos directos. Portanto, frases como “eu vi ele na rua”, que ocorrem em certas variedades do português, são consideradas inaceitáveis. E no entanto elas revelam, somente, a aplicação de uma regra geral que actuou na formação das línguas românicas: o desaparecimento da diferenciação casual.

É no ambiente da chamada língua culta e através da escolarização que o falante aprende que, nessa e noutras circunstâncias, a regra geral é preterida em favor de uma regra de excepção — como as que regulam ou fixam, nos verbos irregulares, as formas *fiz* (em lugar da regular *fazi*) ou *trouxe* (em lugar de *truxe*, paralela de *pude*).

Estas são histórias secretas das palavras, regras que foram desactivadas, explicações que dizem sem explicar, interacções, mistérios. E no entanto, essas mesmas formas excepcionais que a escola nos ensina vão sofrendo alterações, modificações, novas regras surgem e começam a ser aplicadas, outras caem em desuso. É a deriva da língua. Não pode considerar-se portanto que determinado momento dessa deriva seja considerado superior a outro do ponto de vista linguístico.

O outro tipo de argumentos aduzidos para valorizar certa(s) variedade(s) fundamenta-se em factores que só longinquamente se relacionam com a natureza da língua: o número de falantes (já invocado para defender a superioridade do português do Brasil), a importância histórica, o estatuto adquirido em contextos multilíngues institucionalizados. Ainda que tais argumentos pudessem justificar a superioridade de uma variedade (o que não parece aceitável), a sua natureza sócio-política confirma o que acima foi dito: do ponto de vista linguístico não há hierarquia entre as variedades de uma língua, não há normas mais ou menos correctas. A afirmação radica em critérios de carácter social.

O mesmo se pode dizer da relação entre dialectos — as variações regionais dentro de uma variedade nacional. É frequente perguntar-se em que região se fala com maior “correção” uma determinada língua. Não há tal distinção com fundamento linguístico. Geralmente, em regiões mais isoladas, menos favorecidas pela escolarização ou pelos meios de comunicação, a língua, como a sociedade, conserva antigas características, antigos ritos. Assim sucede com o *s* beirão em Portugal, testemunho da

pronúncia latina, ou com o léxico hoje desaparecido do português europeu e mantido em regiões do nordeste brasileiro.

O desprestígio que marca certas pronúncias tem como causa a consagração de um dialecto como norma da língua culta, dialecto esse que corresponde, normalmente, ao que se fala na região em que estão sediados os órgãos do poder.

Mais frequente do que o desprestígio de uma pronúncia regional, é o que atinge certas formas de falar (sociolectos) utilizadas por grupos sociais desfavorecidos ou marginalizados socialmente.

Foi durante longo tempo convicção indiscutível que determinados sociolectos eram linguisticamente mais pobres e insuficientes para servir a expressão e comunicação de conceitos abstractos e sentimentos elaborados. Os trabalhos realizados por sócio-linguistas (e Labov conta-se entre os primeiros com a análise do inglês falado por portorriquenhos) vieram provar que não há insuficiências decorrentes das características linguísticas dos sociolectos que impeçam a explicação verbal de conceitos científicos ou filosóficos. A questão centra-se nas necessidades e nos interesses sócio-culturais, que exigem da língua utilizada determinada especialização.

É neste ponto que ocorre realçar o papel da escola, onde se pratica o desenvolvimento de um "código elaborado" (para citar Bernstein) em todos os níveis linguísticos, pela estimulação da explicação verbal perante as novas exigências do conhecimento.

E porque a escola é o lugar marcado pelo poder para a orientação da sociedade, a evidência da não escolarização, quando se utiliza de um registro linguístico diferente da norma, é factor de discriminação. Daqui decorre a importância da escolarização como factor que proporciona as condições básicas de acesso de todos os elementos da sociedade às estruturas de poder.

Diz Juliette Gramadi que não existem comunidades linguísticas no sentido em que não há balizas que permitam limitar indiscutivelmente a homogeneidade de uma forma de falar. A variação no tempo e no espaço está indissociavelmente ligada ao homem, às suas manifestações existenciais, das quais uma das mais importantes é a fala, ao seu crescimento como indivíduo e como factor da história.

Sendo assim, como conjugar então esta diversidade com o conceito de língua? A que se aplica esta denominação? Perante a estranheza do falante que julga da consanguinidade linguística a partir do seu próprio microcosmos, como justificar uma variação sem limites, como delinear os limites da variação?

Nos tempos em que o mundo estava dividido em quartos separados, no tempo das demoradas comunicações, a pé, a cavalo ou de barco, as línguas que a humanidade hoje fala foram-se formando lentamente, em isolamento, em contactos resultantes das migrações ou por expansão

imperial de uma colonização sem regresso, respondendo às necessidades das sociedades que se formavam, reformavam e transformavam.

Foram muitos milhares de anos grávidos de línguas diferentes. Esse tempo durou até ao nosso século — o século da descolonização, como lhe chamou Franz Fanon.

As línguas que mais recentemente viram reconhecido o seu estatuto não são já "companheiras do império" mas "camaradas da revolução", e não nasceram da cisão no corpo disperso de uma comunidade linguística, mas já existiam há várias gerações, em paralela afirmação de diferença. Cite-se como exemplo o crioulo de Cabo Verde, hoje acertadamente denominado língua caboverdiana.

A todas se pode aplicar a definição de Serafim da Silva Neto. Elas são "o resultado de complexa evolução histórica, e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente efectuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas dependem de condições sociológicas pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças".

Mas, tendo chegado o fim dos impérios políticos, algumas línguas se mantêm dispersas por diferentes países e por vários continentes. No presente e no futuro próximo, o que as manterá sob o mesmo nome?

Num mundo de eficientes e rápidas comunicações, em que a tecnologia da informação põe em ligação imediata os dois pontos mais distantes da terra — e esta é uma revolução de igual importância à da invenção da escrita ou da imprensa —, um único nome para a forma de falar de vários países, que o aceitam e nele se reconhecem, estará cada vez mais assegurada pela presença constante dos meios de comunicação e pela expansão da escolarização. A manutenção da mesma língua é uma vontade explícita e uma convicção assumida.

Na realidade, a convivência entre variedades de língua com diferentes realizações fonéticas, sintácticas ou lexicais é possível, desejável e enriquecedora. Ela não obriga a considerar, por esta ou aquela razão, sempre arbitrária, que a partir de determinado momento duas variedades de uma mesma língua passam a ser duas línguas diferentes. [Assim deve ser interpretada, por exemplo, a inclusão dos dialectos portugueses na divisão dialectal do português ainda que esses dialectos evidenciem, relativamente aos restantes, diferenças linguísticas decorrentes de uma vivência histórica atravessada por uma fronteira política.]

A manutenção de um conjunto de variedades linguísticas no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, uma opção política e como tal deve ser analisada e avaliada. Resta saber a quem interessa essa opção e, se for caso disso, como fazer para a encorajar. Ou seja, é necessário discutir a língua como opção política e a opção de uma política da língua.

O mundo actual não é só caracterizado pela intercomunicação no campo dos meios de transmissão da informação. Essa intercomunicação insere-se num ambiente geral de trocas nos domínios e subdomínios da economia, pela migração de profissionais que se deslocam no interior de grandes espaços plurinacionais e, consequentemente, plurilíngues. Essas trocas que orientam muitas das grandes opções políticas, tomadas sobretudo pelos países tecnológica e industrialmente fortes, são em si mesmas potencialmente enriquecedoras.

No entanto, para que neste contexto se não perca a identidade das sociedades e comunidades de menor força no campo económico, é necessário reflectir sobre os parâmetros que definem essa identidade cultural, estabelecer prioridades e delinear estratégias.

É minha convicção que a língua constitui um dos mais importantes parâmetros na manutenção dessa identidade. A sua conservação em ambientes plurilíngues, em que se jogam destinos de grandes espaços sócio-económicos e sócio-políticos (como a CE e a ONU), tem apresentado dificuldades de toda a ordem, desde a impreparação das estruturas de ensino à falta de instrumentos e material adequado, passando pela pouca convicção com que esta vertente cultural é defendida quer pelos políticos quer, ainda, pelos intelectuais. Mais: o ensino e a difusão da língua em espaços em que ela funciona como língua estrangeira ou como língua segunda raramente (para não dizer nunca) é precedido de um estudo objectivo das condições em que se vai desenvolver, do seu interesse, dos objectivos, do contexto linguístico em que se integrará, do peso cultural e económico que virá a adquirir. Julgo que sem um conhecimento explícito desses factores não se poderá falar em conservação de identidade cultural.

Numa época em que alguns sectores da *intelligentia* mundial deixaram de olhar as relações económicas como o único, ou pelo menos o mais importante, motor da história, numa época em que o estudo das mentalidades voltou a constituir uma forma preferencial de iluminar o percurso do homem, recrudescer naturalmente a importância das culturas particulares. A tomada de consciência da identidade pessoal — do indivíduo e das sociedades — passa sem dúvida pelo conhecimento dos traços do universal e do peculiar, pelas memórias da igualdade e da diferença.

Toda a cultura é uma confluência de culturas, em que os rastros deixados pela história se encontram sedimentados em camadas mais ou menos superficiais. E a língua é um repositório dessas memórias.